



O estudo aborda as compras públicas sustentáveis no Brasil e na União Europeia, a partir da Lei nº 14.133/2021 e da Diretiva UE/2014/24. A análise traça um histórico institucional do Brasil e da União Europeia sobre o tema, discutindo o conceito de desenvolvimento sustentável conforme as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com uma análise comparativa das legislações, o estudo explora como a União Europeia pode contribuir para o fortalecimento de práticas sustentáveis no Brasil, e vice-versa. O trabalho sugere que ambos os contextos podem aprender com as experiências e desafios enfrentados, buscando uma convergência de esforços para promover compras públicas que respeitem o meio ambiente, considerem questões sociais e promovam o desenvolvimento sustentável.

Bruno Fontenelle

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Lições comparadas entre Brasil e
União Europeia

Prefácio

Maria Tereza Fonseca Dias

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins do livro

DIREITO PÚBLICO, DIREITO COMPARADO,
SUSTENTABILIDADE.

Palavras-chave

LICITAÇÕES; CONTRATOS ADMINISTRATIVOS;
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; COMPRAS
PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS; DIRETIVA EU 2014/24;
LEI Nº 14.133/2021.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 4280

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

F683c	Fontenelle, Bruno Compras públicas sustentáveis: lições comparadas entre Brasil e União Europeia / Bruno Fontenelle. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 217p. 14,5x21,5cm ISBN impresso 978-85-450-0826-2 ISBN digital 978-85-450-0825-5 1. Licitações. 2. Contratos administrativos. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Compras públicas sustentáveis. 5. Diretiva EU 2014/24. 6. Lei nº 14.133/2021. I. Título. CDD: 342 CDU: 342
-------	--

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FONTENELLE, Bruno. *Compras públicas sustentáveis: lições comparadas entre Brasil e União Europeia*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 217p. ISBN 978-85-450-0826-2.

Bruno Fontenelle

Graduado e Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro da Comissão de Licitações e Contratos Administrativos da OAB/MG (2025). Possui certificações em Contratações Públicas Sustentáveis e Sustentabilidade na Administração Pública pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) (2023). Assessor Jurídico da PBH Ativos. Advogado.

PREFÁCIO	
Maria Tereza Fonseca Dias	15
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS.....	25
1.1 Histórico de conferências internacionais sobre desenvolvimento sustentável.....	25
1.1.1 A Conferência de Estocolmo de 1972.....	26
1.1.2 O Relatório de Brundtland	31
1.1.3 ECO-92	34
1.1.4 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	36
1.2 Definições de desenvolvimento sustentável.....	39
1.3 Compras públicas sustentáveis	44
CAPÍTULO 2	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA UNIÃO EUROPEIA.....	53
2.1 O contexto histórico da União Europeia	54
2.2 Desenvolvimento sustentável no Direito da União Europeia.....	57
2.3 A Corte Europeia de Justiça e as compras públicas sustentáveis.....	63
2.3.1 Caso Beentjes	67
2.3.2 Caso Nord-Pas-de-Calais.....	69
2.3.3 Caso Concordia Bus Finland.....	71
2.3.4 Caso EVN AG.....	73
2.3.5 Caso Max Havelaar	76
CAPÍTULO 3	
CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS NA DIRETIVA 2014/24/UE	81
3.1 O instituto da Diretiva	81
3.2 Estratégias <i>soft law</i> nas contratações sustentáveis.....	82
3.3 Compras sustentáveis na Diretiva 2014/24/UE	84
3.3.1 Especificações técnicas (art. 42 e Anexo VII)	90
3.3.2 O uso de rótulos ou marcas (art. 43)	92
3.3.3 Critérios de seleção qualitativa (arts. 20, 57 e 62).....	94
3.3.4 Adjudicação do contrato (arts. 67 e 68)	99
3.3.5 Condições de execução dos contratos (art. 70)	106
3.3.6 Regime especial de contratação para serviços especiais (arts. 74 a 76).....	108
CAPÍTULO 4	
DESENVOLVIMENTO E CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL NO BRASIL	111
4.1 A constitucionalidade do desenvolvimento sustentável	111
4.2 A legalidade das compras públicas sustentáveis.....	117
4.3 A Política Nacional sobre Mudança do Clima	123
4.4 A Política Nacional de Resíduos Sólidos	125
4.5 O modelo da Lei nº 8.666/1993.....	129

CAPÍTULO 5	
COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA LEI Nº 14.133/2021	137
5.1 As políticas públicas da Lei nº 14.133/2021.....	137
5.1.1 Plano Anual de Contratações (PAC) e as compras compartilhadas.....	138
5.1.2 Ciclo de vida do objeto	140
5.1.3 Fomento econômico a microempresas e empresas de pequeno porte.....	143
5.1.4 Exigências editalícias sustentáveis	143
5.1.5 Impedimentos de contratar	145
5.1.6 Critério do menor preço sustentável	146
5.1.7 Critério do maior retorno econômico	148
5.1.8 Critérios sustentáveis de desempate.....	150
5.1.9 Habilitação e sustentabilidade.....	152
5.1.10 Contratações diretas sustentáveis	155
5.1.11 Sustentabilidade nas contratações de obras e serviços de engenharia	159
5.1.12 Desempenho contratual sustentável.....	162
5.1.13 Análise da sustentabilidade e nulidade de contratos.....	164
5.2 O guia nacional de contratações sustentáveis	166
5.3 As dificuldades de aplicação da Nova Lei.....	167
5.3.1 Falta de capital humano.....	168
5.3.2 Falta de regulamentação de normas sustentáveis	170
5.3.3 Aumento do preço e diminuição da concorrência	172
CAPÍTULO 6	
ANÁLISE COMPARATIVA DAS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA DIRETIVA 2014/24/UE E NA LEI Nº 14.133/2021 ...	
6.1 A institucionalidade	177
6.2 Margem de preferência	181
6.3 Características sustentáveis exigidas	182
6.4 Vedações de participação do certame.....	185
6.5 Uso de marcas	187
6.6 Critérios de escolha sustentáveis.....	188
6.7 Execução dos contratos.....	192
6.8 Regime especial de contratação.....	193
6.9 Síntese comparativa.....	195
CONCLUSÃO	197
REFERÊNCIAS.....	203